



A IDENTIDADE DA TEORIA DA CONTABILIDADE: UMA ANÁLISE DE ASPECTOS DA LEGITIMIDADE SÓCIO-POLÍTICA E COGNITIVA DA DISCIPLINA NO BRASIL

Fabricia Silva da Rosa, Sandro V. Soares, Viviane Silva da Rosa, Rogério J. Lunkes e Elisete Dahmer Pfitscher

Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación
(2012) - Volumen 10, Número 4

<http://www.rinace.net/reice/numeros/arts/vol10num4/art15.pdf>

Fecha de recepción: 19 de agosto de 2012
Fecha de dictaminación: 13 de septiembre de 2012
Fecha de aceptación: 7 de octubre de 2012



A partir da década de 1980, ocorre significativo aumento quantitativo dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil (HOFER *et al.*, 2005) Em consequência, reformulações no currículo e nos objetivos são percebidas nos cursos. Já na década de 1990, diversas modificações e reformas educacionais como um todo, são praticadas em nosso país, caracterizando a época como um período de grande efervescência para a educação na América Latina (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000).

Considera-se que as reformas educacionais decorrentes deste período, assim como os documentos que delas resultaram, e que influenciam a educação ainda hoje nos cursos de formação, tornaram-se importantes instrumentos de luta pela democratização da educação.

Neste contexto, os estudos de currículo denunciam a expansão do neoliberalismo que, na década de 1970, se espalha com força pelo mundo e, no Brasil, a partir dos anos 1990, mais especificamente. Esta necessidade de mudanças nos currículos, inclusive do Curso de Ciências Contábeis, são justificadas sob o argumento da necessidade de transformação e adequação frente à ordem econômica, política, social e cultural que afetam a sociedade contemporânea e que se expressam, particularmente, nos processos de reestruturação do sistema produtivo e de internacionalização da economia (LIMA e VASCONCELOS, 2010).

No Brasil, os reflexos destas mudanças sobre o curso em questão são percebidos principalmente com o advento da Resolução n. 03 do extinto Conselho Federal de Educação de 5 de outubro de 1992, que fixou os mínimos de conteúdos do curso de Ciências Contábeis, onde a disciplina de Teoria da Contabilidade tornou-se obrigatória na graduação.

Já a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, que instituiu as diretrizes curriculares nacionais para os Cursos de Ciências Contábeis, trouxe maior flexibilidade como conteúdo de formação profissional - estudos específicos pertencentes às Teorias da Contabilidade (FERREIRA, SPLITTER e BORBA, 2012). Assim, os objetivos desta disciplina estão em estimular a aquisição integrada de conhecimentos teóricos e práticos que permitam ao graduado o competente exercício da sua profissão (BORBA, POETA e VICENTE, 2011).

O perfil de profissional a ser formado pela disciplina Teoria da Contabilidade, bem como por todas as demais disciplinas do Curso de Ciências Contábeis no país, tem se projetado de forma a confirmar os interesses de uma classe específica que deseja trabalhadores preparados para o mercado. Neste sentido, Ott e Pires (2010) afirmam após pesquisa em vários estudos:

As características apontadas como relevantes pelos autores citados têm em comum o fato de que se espera que o profissional contábil, além de possuir competências tradicionalmente relacionadas à Contabilidade (societária, tributária e auditoria), esteja apto a participar da gestão da entidade, comunicando suas idéias e interagindo com as demais áreas organizacionais, não apenas identificando problemas, mas contribuindo para a sua solução. Tais expectativas do mercado de trabalho, por sua vez, devem ser consideradas pelas IES e contempladas nos currículos.

Corroboram com este pensamento Ferreira, Splitter e Borba (2012) ao afirmar que organizações internacionais também produzem documentos com propostas de práticas educacionais visando formar um perfil específico de profissional, como podemos observar na passagem a seguir:

A International Federation of Accountants *[IFAC]* (1995) elaborou uma proposta de práticas educacionais baseada na idéia das exigências que o mercado tem em relação ao profissional de contabilidade, entre estas capacidades destacam-se conhecimentos contábeis e gerais, que possibilitem o pensar e a análise crítica e a experiência em realizar julgamentos (OTT e PIRES, 2010).

Já a organização internacional intitulada *American Institute of Certified Public Accountants* - AICPA criou em 1999 o *Core Competency Framework for Entry into the Accounting Profession*, contemplando um modelo de competências-chave que devem ser apresentadas pelos contadores ingressantes no mercado de trabalho (OTT e PIRES, 2010).

A *Accounting Education Change Commission* – AECC foi criada em 1989 pela *American Accounting Association* (AAA) em parceria com empresas de auditoria da época, com o objetivo de promover melhorias no processo de preparação dos profissionais contábeis e resultou, entre outras iniciativas, na elaboração de um relatório expondo os conhecimentos e habilidades necessárias para o exercício da profissão contábil, que deveriam ser desenvolvidas pelas Instituições de Ensino (OTT e PIRES, 2010).

Por fim, *United Nations Conference on Trade and Development* – UNCTAD é um órgão ligado à Organização das Nações Unidas – ONU, que possui um grupo de especialistas em padrões contábeis internacionais, denominado *Intergovernmental Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting* – ISAR. Em 1999, em uma de suas sessões, foi criado um documento denominado *Guideline on national requirements for the qualification of the Professional accountants*, com o objetivo de estabelecer um padrão de comparação para a qualificação do profissional contábil, contribuindo para que ele se tornasse capaz de atuar em um mercado global e promover a harmonização das competências globais requeridas (OTT e PIRES, 2010).

Todos esses documentos influenciaram as reformulações curriculares, entre elas a identificação e grau de importância da disciplina Teoria da Contabilidade, e causaram o surgimento de estudos para identificar o perfil e identidade da disciplina.

Uma das formas de verificar a identidade de uma disciplina é identificar um conjunto de características próprias e exclusivas que permitem diferenciá-la das demais e que lhe confirmam perspectiva de continuidade (ROWE, TRUEX e KVASNY, 2004). Estas características podem ser refletidas através da legitimidade sociopolítica e cognitiva (MESSNER *et al.*, 2008). A legitimidade sociopolítica denota a aceitação moral e regulamentar, enquanto a legitimidade cognitiva pode ser representada pelo conhecimento produzido por uma disciplina acadêmica (ALDRICH, 1999).

A legitimidade sociopolítica pode ser verificada através da análise de fatores como a presença em órgãos oficiais e de representação de classe, utilização efetiva pela comunidade a que se destina. A legitimidade cognitiva pode ser estudada por meio da análise das publicações, congressos e seminários, disciplinas acadêmicas, livros e manuais. Visando entender melhor este fenômeno, o presente estudo tem como objetivo identificar e analisar a legitimidade sociopolítica (ZIMMERMAN e ZEITZ, 2002; ALDRICH, 1999) e cognitiva (SCOTT, 2001; ZIMMERMAN e ZEITZ, 2002) visando à busca de identidade da disciplina.

Vários estudos têm surgido para identificar o perfil da disciplina (IUDÍCIBUS e MARION, 1999; THEÓPHILO *et al.*, 2000; MADEIRA, MENDONÇA e ABREU, 2003, entre outros). Contudo, algumas lacunas permanecem na identificação da identidade da disciplina, tais como: as influências de órgãos oficiais e de representação de classe, utilização da disciplina pela comunidade a que se destina e pela própria comunidade científica, perfil das publicações, formação de pesquisadores e padronização do ensino da disciplina. Assim, o trabalho se justifica pela sua importância no auxílio à compreensão da disciplina.

Neste contexto emerge a pergunta de pesquisa: Qual é a identidade da disciplina de Teoria de Contabilidade no Brasil? Para responder esta pergunta, o objetivo deste estudo é identificar e analisar

aspectos de legitimidade sociopolítica e cognitiva da disciplina de Teoria da Contabilidade visando à busca de sua identidade como disciplina no Brasil.

1. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta revisão é observada a base teórica que permite analisar a Teoria da Contabilidade como disciplina. Foram observados itens pesquisados sobre o desenvolvimento da disciplina no Brasil, seguido por itens de legitimidade cognitiva e sociopolítica e finalmente apresentam-se estudos anteriores.

1.1 Desenvolvimento da Teoria da Contabilidade no Brasil

A oferta da disciplina em cursos de bacharelado em Ciências Contábeis é sugerida pela Resolução CNE/CES nº 10 de 2004, como componente do núcleo de disciplinas de formação profissional. A referida Resolução trata do perfil desejado do formado; das competências e habilidades desejadas; e dos conteúdos curriculares. Muitos estudos (OTT e PIRES, 2010; FERREIRA, SPLITTER e BORBA, 2012) apontam para a influência de Organismos Internacionais nas formulações das estruturas curriculares para a formação deste profissional, inclusive já nesta resolução, como apresentado anteriormente.

Portanto, pode ser considerada uma disciplina própria, contudo, os conteúdos ministrados não são uniformes. Segundo Theóphilo *et al.*, (2000), a variedade de conteúdos ministrados nesta disciplina já era bastante ampla em 1994, quando havia apenas 332 cursos de Ciências Contábeis no país.

Em 2010, momento em que segundo as Sinopses Estatísticas da Educação Superior: Graduação (INEP, 2010) havia no Brasil 1052 cursos presenciais de bacharelado em Ciências Contábeis, pode-se supor que ainda haja uma variedade bastante ampla de conteúdos ministrados dentro desta disciplina, conforme Quadro 1.

QUADRO 1 .CONTEÚDOS DAS DISCIPLINAS DE TEORIA DA CONTABILIDADE

Análise de balanços	O ensino da contabilidade
Apuração de resultado	O patrimônio líquido
Aspectos avançados de contabilidade	Objetivos, bases conceituais e metodológicas
Aspectos fiscais	Origem e Evolução da Contabilidade
Ativos e passivos (avaliação e mensuração)	Origens e aplicações de recursos
Auditoria	Perspectivas e tendências da contabilidade
Balanco social	Plano de conta
Considerações sobre grupos do ativo e passivo	Postulados, Princípios e Convenções Contábeis
Cursos de contabilidade no Brasil	Procedimentos contábeis
Custos	Questões de ética contábil
Demonstrações contábeis	Receitas, despesas, ganhos e perdas
Escrituração contábil	Renda e capital
Estática e dinâmica patrimoniais	Sistema de informações
Evidenciação (<i>disclosure</i>)	Teoria da correção monetária contábil
Importância para contabilidade gerencial	Teoria das contas
Introdução a pesquisa	Teoria do fenômeno patrimonial
Noções de administração	Teorias e correntes científicas
Normas de contabilidade	Tipos de sociedades

Fonte: Adaptado de Theóphilo *et al.*, (2000)

Os conteúdos mais recorrentes nas ementas das disciplinas de Teoria da Contabilidade estudadas por Madeira, Mendonça e Abreu (2003) estão dentro do grupo de conteúdos já apontado por Theóphilo *et al.* (2000) citados no Quadro 1.

Carneiro (2009, p. 7) traz que os principais itens que deveriam contar na ementa da disciplina seriam “Evolução do pensamento Contábil; Escolas e Doutrinas da Contabilidade; Teorias Descritiva e Prescritiva; Princípios Fundamentais da Contabilidade; Critérios de Mensuração e Avaliação: Ativo e Passivo, Receitas e Despesas, Ganhos e Perdas”.

Marion (1997) também faz uma série de conjecturas acerca do ensino de Teoria da Contabilidade. Entre as principais opiniões do autor estão a de que a escolha do professor adequado pode contribuir muito para o bom andamento da disciplina bem como o uso de exemplos práticos durante a explicação dos conteúdos para que os alunos de graduação consigam apreender o que está sendo estudado. O autor ainda elenca uma série de conteúdos que deve ser ministrado na disciplina como mostra o Quadro 2.

QUADRO 2. CONTEÚDOS SUGERIDOS PARA A DISCIPLINA DE TEORIA DA CONTABILIDADE

Escoço Histórico	Ativo e passivo, conceito e mensuração
Objetivos da Contabilidade e das Demonstrações Contábeis	Patrimônio Líquido
Contabilidade como Ciência Social	Receitas, Despesas, Perdas e Ganhos
Qualidades da Informação Contábil	Demonstrações Contábeis
Princípios Fundamentais da Contabilidade	Normas Contábeis Brasileiras

Fonte: Adaptado de Marion (1997)

Além dos conteúdos, outros pontos vêm sendo discutidos por membros da comunidade científica tais como, o momento (semestre) em que é ministrada, sua carga horária e formação do seu corpo docente.

Quanto ao momento em que deve ser ministrada a disciplina, Madeira; Mendonça e Abreu (2003) analisam os cursos de Ciências Contábeis do Estado de Minas Gerais e constataram que não há consenso sobre o semestre em que a disciplina deve ser ministrada e nem há consonância sobre a carga horária da disciplina.

Para Sacramento (1998), Iudícibus e Marion (1999), Theóphilo *et al.*, (2000) e Madeira, Mendonça e Abreu (2003) o melhor momento para ministrar esta disciplina é no final de curso, pois ali o aluno já dispõe de diversos conhecimentos práticos que serão explicados pela Teoria, estando amadurecidos para aproveitamento do seu conteúdo.

Quanto a formação do corpo docente Soares, Ebsen e Pfitscher (2010) traçaram o perfil acadêmico de 314 pesquisadores de Contabilidade do Brasil em níveis de doutorado, pós-doutorado e de livre docência, e identificaram que 150 (47,7%) cursaram doutorado, 24 (7,6%) fizeram pós-doutorado e 10 (3,1%) concluíram livre-docência, sendo que a maior parte dos doutorados foi cursada na área de Contabilidade (48%), seguidos de Administração (19%) e Engenharia de Produção (15%).

1.2. Legitimidade e Identidade no Estudo de Disciplinas

Para se estabelecer e for reconhecida como legítima, uma área do conhecimento ou disciplina deve possuir características e um corpo de discussões próprias além de ter continuidade no seu desenvolvimento. Deve ainda, ter arcabouço com características realistas sem, no entanto, esquecer-se da natureza humana e social que atuam sobre elas, conferindo-lhes também, um viés construtivista (ROWE, TRUEX e KVASNY, 2004).

A produção de identidade, por sua vez, ocorre através de discursos e práticas de auto-identificação, bem como a identificação externa (JENKINS, 2004). Hunt e Aldrich (1996) classificam a legitimidade em dois tipos básicos: sociopolítica e cognitiva.

De acordo com Aldrich (1999) e Benbasat e Zmud (2003), a legitimidade sociopolítica se refere à aceitação pelos principais interessados, público em geral, principais líderes de opinião e órgãos de governo, de um novo empreendimento como apropriado e correto. Ele tem dois componentes: a aceitação moral, referindo-se a conformidade com as normas culturais e valores, e a aceitação regulamentar, referindo-se para a conformidade com as normas governamentais e regulamentos.

A **legitimidade sociopolítica** pode ser estudada através dos órgãos oficiais (Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Educação, CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - e Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgãos de classe e de representação (Conselho Federal de Contabilidade, Administração e Economia), e aplicações nas organizações.

A **legitimidade cognitiva** é derivada das crenças e pressupostos que provêm um modelo de rotina diária, ou seja, conhecimento especializado e explícito, codificado como um sistema de crenças e promulgado por vários profissionais (SCOTT, 2001). A legitimidade cognitiva indica qual é o “jogo”, a realidade socialmente construída pelos participantes (ZIMMERMAN e ZEITZ, 2002). Para Aldrich (1999), ela refere-se à aceitação de um novo tipo de empreendimento concedido como parte das características do ambiente.

A legitimidade cognitiva significa que o corpo de conhecimento produzido pela academia torna-se aceito pela comunidade científica como parte do sistema de ensino superior e de pesquisa. Pode ser caracterizada por publicações científicas em revistas, congressos e seminários, livros e manuais e pela existência de disciplinas acadêmicas.

A análise quantitativa das publicações em Teoria da Contabilidade pode ser realizada nas principais revistas de contabilidade e áreas afins. Já para considerar uma disciplina acadêmica com identidade própria devem-se considerar duas questões, segundo mostra Becher (1989). Primeiramente, ela pressupõe identificar um conjunto idiossincrático de temas, questões, dúvidas ou estilos cognitivos que supostamente são especiais em relação a algum aspecto e que, portanto, devem ser diferentes de outras disciplinas. A outra questão é a existência de pessoas e entidades institucionais, tais como universidades, departamentos ou centros de pesquisa, que se dedicam à produção deste corpo de conhecimento (MESSNER *et al.*, 2008).

1.3. Trabalhos Anteriores

Diversos estudos sobre legitimidade sociopolítica e cognitiva aplicada a disciplinas ou campos do conhecimento foram realizados nas últimas décadas. Entre estes podem-se destacar o realizado por Lounsbury e Glynn (2001), Benbasat e Zmud (2003), Rowe, Truex e Kvasny (2004), Zott e Huy (2007), Messner *et al.*, (2008), Drori, Honig e Sheaffer (2009), Guah e Fink (2009), Karlsson e Wigren (2010).

Verifica-se também, que estudos anteriores vêm sendo realizados para verificar a identidade das disciplinas, propor estruturas curriculares e discutir processos de ensino-aprendizagem. Por exemplo, a disciplina de Auditoria observada por Ricardino (2003) e Soares *et al.*, (2011); a disciplina de Contabilidade Ambiental, por Calixto (2006); Contabilidade de Custos por Nossa, Coelho e Chagas (1997); ensino de contabilidade geral e de custos em cursos de administração por Raupp *et al.*, (2009); disciplina de Contabilidade Internacional por Echternacht, Niyama e Almeida (2007); disciplina de contabilidade introdutória por Andrade (2002); disciplina de jogos de empresa por Mendes (2000);

disciplina de contabilidade gerencial por Santos (2003) e Souza *et al.*, (2008); e Controladoria por Richartz *et al.*, (2012).

Lunkes *et al.*, (2012) identificam a influência da formação de doutores e da produção científica espanhola na identidade da disciplina de contabilidade gerencial naquele país.

Lounsbury e Glynn (2001) relacionam a história empresarial como fator de criação da identidade organizacional. Zott e Huy (2007) indicam o ganho de legitimidade de novos empreendimentos podem alcançar contando histórias. Drori, Honig e Sheaffer (2009) demonstram que a legitimidade pode ser assegurada por meio do endosso de seus membros internos e parceiros externos.

A disciplina de sistema de informação, estudada por Benbasat e Zmud (2003), sua institucionalização foi evidenciada pela sua presença como parte integrante do contexto organizacional e econômico, ou seja, o reconhecimento da importância dos sistemas de informações pelos organismos de acreditação acadêmica, e sua presença nos cursos de graduação na maioria das universidades públicas e privadas.

Rowe, Truex e Kvasny (2004) também estudaram a legitimidade cognitiva da disciplina de sistemas de informação e perceberam a contribuição dos pesquisadores franceses para o desenvolvimento de um núcleo central para o campo, e as diferentes visões dos autores pesquisados.

Messner *et al.*, (2008) realizaram estudo sobre legitimidade sócio-política e cognitiva da disciplina de controladoria em países de língua alemã (Alemanha, Áustria e parte da Suíça), revelando que as publicações de controladoria, de autores de língua alemã, no período de 1970 a 2003, é fraca (25 artigos).

As pesquisas analisadas nos parágrafos em comum abordam a estrutura das disciplinas, influências e suas grades curriculares. Outros estudos, tais como Marion (1997); Sacramento (1998), Iudícibus e Marion (1999), Theóphilo *et al.*, (2000); Madeira; Mendonça e Abreu (2003); Borinelli e Beuren (2008); Pereira *et al.*, (2008); Kronbauer (2009); Moraes Júnior e Nascimento (2009); Cruz, Ferreira e Szuster (2011); Soares *et al.*, (2012); Iudícibus (2012) entre outros, contribuem com o entendimento do ensino da disciplina de Teoria da Contabilidade, demonstrando a importância de se discutir sua identidade, legitimidade e utilidade. Nessas pesquisas são discutidos diferentes aspectos da disciplina, tais como conteúdos, o momento (semestre) em que é ministrada, sua carga horária e formação do seu corpo docente.

Marion (1997) aborda que a Teoria da Contabilidade é uma disciplina de extraordinária importância para ajudar a formar profissionais que sabem o por quê fazer. O autor destaca a importância de ensinar a teoria sempre aliada a casos práticos, demonstrando como auxilia na prática profissional e no auxílio preditivo da contabilidade, propondo uma estrutura para a disciplina.

Madeira, Mendonça e Abreu (2003) analisam os cursos de Ciências Contábeis do Estado de Minas Gerais e constataram que não há consenso sobre o semestre em que a disciplina deve ser ministrada e nem há consonância sobre a carga-horária da disciplina.

Para Sacramento (1998), Iudícibus e Marion (1999), Theóphilo *et al.*, (2000) e Madeira, Mendonça e Abreu (2003) o melhor momento para ministrar esta disciplina de Teoria da Contabilidade é no final de curso, pois ali o aluno já dispõe de diversos conhecimentos práticos que serão explicados pela Teoria, estando amadurecidos para aproveitamento do seu conteúdo.

Borinelli e Beuren (2008) demonstram especificamente a importância do Postulado da Continuidade no ciclo de vida das organizações. Kronbauer (2009) analisa o livro de teoria da contabilidade amplamente utilizado no Brasil para demonstrar sua contribuição para a consolidação da disciplina no país. Cruz, Ferreira e Szuster (2011) buscaram apresentar a percepção dos docentes de cursos de pós-graduação sobre a estrutura curricular dos cursos de Ciências Contábeis. Soares *et al.*, (2012) apresentam as principais características da disciplina nos cursos de Ciências Contábeis ofertados por universidades federais. Iudicibus (2012) analisa aspectos relevantes relacionados à teoria da contabilidade, destacando importantes aspectos da pesquisa em contabilidade, e sua relevância para o desenvolvimento da contabilidade e da profissão. Pereira *et al.*, (2008) constatam que os conceitos fundamentais estudados em Teoria de Contabilidade foram fundamentais como base de nossa atuação futura e são, ainda hoje, de grande relevância, o domínio da base conceitual é algo permanente e não temporário, pode ser considerado um arcabouço conceitual de mensuração econômica das entidades, e fundamental instrumento de comunicação para seus usuários.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta seção apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para o enquadramento do estudo, e para o processo de seleção e análise dos dados.

2.1. Enquadramento Metodológico

Ao ingressar no campo da pesquisa científica, constata-se que diversas são as linhas existentes, bem como os resultados delas decorrentes. A forma de organização, investigação e análise dependem do quadro de referência adotado pelos pesquisadores bem como da questão que orienta o trabalho. Assim, a definição do arcabouço metodológico a adotar constitui-se numa questão-chave, pois ele comporá o pano de fundo que norteará toda a pesquisa. Desta forma, por ter como propósito a observação, classificação, registro e evidencição dos resultados, a metodologia da pesquisa adotada é, de acordo com Andrade (2002), descritiva quanto ao seu objetivo, pois se preocupa em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los sem a interferência dos pesquisadores. Ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador. Quanto aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica e documental. Gil (1999) ensina que este tipo de procedimento tem como pano de fundo a ideia de pautar seu desenvolvimento sobre material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos. Por fim, quanto à abordagem, a pesquisa pode ser considerada predominantemente qualitativa uma vez que se caracteriza pela não utilização de instrumentos da estatística. Isto porque, Richardson (1999) define a pesquisa qualitativa como sendo estudos que procuram descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis e compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

2.2. Procedimentos para Seleção do Referencial Teórico e dos Dados da Pesquisa

Para seleção do referencial teórico foi realizada pesquisa na Base de Periódicos da Capes, utilizando as palavras "*legitimacy*", "*sociopolitical*" e "*cognitive*". Esta pesquisa foi realizada no período de 21 a 28 de abril de 2012, sendo selecionados 268 artigos. A partir desta amostra foram lidos todos resumos e os artigos selecionados.

Para gerar uma discussão sobre legitimidade sociopolítica e cognitiva considerando a realidade brasileira foram consultadas duas fontes principais. A primeira formada por órgãos oficiais e de representação e de

uso efetivo pela comunidade a que se destina e a segunda de publicações nas principais revistas e congressos de contabilidade, livros, manuais e disciplinas de Teoria da Contabilidade oferecidas nos cursos de Ciências Contábeis. Quanto aos órgãos oficiais foram consultados documentos, normas e resoluções do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Educação e de órgãos de representação como o Conselho Federal de Contabilidade, Administração e Economia.

Para identificar as publicações em Teoria da Contabilidade nas principais revistas de contabilidade segundo o Qualis/Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), optou-se neste artigo, analisá-las com base na especificidade, ou seja, para a seleção das revistas buscou-se o termo "contabilidade" ou "contábil" e sua inclusão no Qualis/Capes, considerando as revistas classificadas nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, e também outras revistas que não possuam estes termos em seus títulos, mas que estejam vinculadas aos programas de pós-graduação em contabilidade do Brasil.

A escolha do Qualis deve-se a sua grande utilização na classificação das pesquisas no Brasil, inclusive para avaliar os programas de pós-graduação. Trinta e quatro revistas foram selecionadas, contudo, 09 delas não publicaram artigos sobre temas relacionados com a Teoria da Contabilidade, portanto, a amostra consolidou-se em 25 revistas, Quadro 3.

QUADRO 3. REVISTAS DA ANALISADAS

Brasílian Business Review – BBR	Base - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos
Contabilidade e Informação (UNIJUI)	Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão
Contabilidade Vista & Revista	RACE : Revista de Administração, Contabilidade e Economia
Contabilidade, Gestão e Governança	RBC – Revista Brasileira de Contabilidade
Enfoque: Reflexão Contábil	RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria
Pensar Contábil	Revista Brasileira de Gestão de Negócios
Registro Contábil – RECONT	Revista Catarinense da Ciência Contábil
Revista Ambiente Contábil	Revista Contemporânea de Contabilidade
Revista Contabilidade & Finanças	Revista de Administração e Contabilidade da FAT
Revista de Contabilidade da UFBA	Sociedade, Contabilidade e Gestão (UFRJ)
Revista de Informação Contábil (UFPE)	Revista de Contabilidade e Organizações
Revista Universo Contábil	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPeC
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (Online)	

Fonte: Dados da pesquisa

Para seleção dos artigos buscou-se as palavras "teoria", "estrutura conceitual", "princípio", "doutrina" no título, resumo ou palavras-chave. O período utilizado para a seleção dos artigos é de 1989 a 2012.

Também foram analisados os artigos publicados nos dois principais congressos e eventos de contabilidade do Brasil, que são: Congresso de Controladoria e Contabilidade da USP (Universidade de São Paulo), Congresso Anpcont (Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Ciências Contábeis). E em outros três congressos que possuem área específica de contabilidade, que são: CBC (Congresso Brasileiro de Custos), ENANPAD (Encontro Nacional da ANPAD) e ENEPQ (Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade).

Para seleção dos artigos buscou-se as palavras "teoria", "estrutura conceitual", "princípio", "doutrina" no título, resumo ou palavras-chave. O período de seleção é de 2001 a 2011 para o Congresso da USP; 2007 a 2011 para o Anpcont; de 1995 a 2011 para CBC; e 2001 a 2011 para ENANPAD. Para verificar a inserção da disciplina foram analisadas as grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis em universidades federais, Quadro 4.

QUADRO 4. UNIVERSIDADES FEDERAIS, COM CURSOS PRESENCIAIS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, POR REGIÃO

Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
UFG	UFAM	UFAL	UFES	FURG
UFGD	UFPA	UFBA	UFF	UFPR
UFMS	UFRR	UFC	UFMG	UFRGS
UFMT	UNIR	UFCE	UFRJ	UFSC
UNB	UFT	UFERSA	UFRRJ	UFMS
		UFMA	UFSJ	UTFPR
		UFPB	UFU	
		UFPE	UFV	
		UFPI	UNIFESP	
		UFRN	UFVJM	
		UFS	UFJF	

Fonte: Soares, Silva e Pfitscher (2012)

Para finalizar foram analisados os livros e manuais em teoria da contabilidade brasileiros, sendo incluídas as obras que apresentam no título o termo "Teoria da Contabilidade". A seleção das obras considerou o período de 1970 a 2010, obtendo-se 34 livros. No entanto, em consonância com o foco desta pesquisa decidiu-se limitar a amostra de livros analisadas às obras pertencentes ao conjunto de livros apontados no Quadro 5 e que figurassem também nas listas de obras de Carneiro (2009), de Borba, Poeta e Vicente (2011) de Soares, Silva e Pfitscher (2012) acrescidos dos títulos publicados após a Resolução CFE n. 3, de 1992. Com isso se atingiu a amostra intencional desta pesquisa, conforme Quadro 5.

QUADRO 5. AMOSTRA DE LIVROS DESTA PESQUISA

Livro	Autor(es)
Teoria da Contabilidade	Iudícibus, S..
Teoria da Contabilidade	Sá, A.L..
Introdução à Teoria da Contabilidade	Iudícibus, S. Marion, J.C.
Teoria avançada da Contabilidade	Iudícibus, S.; Lopes, A.B.
Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem	Lopes, A.B.; Martins, E.
Teoria da Contabilidade	Niyama, J.K.; Silva, C.A.T.
Estudando Teoria da Contabilidade	Ribeiro Filho, J.F.; Lopes, J.; Pederneiras, M.

Fonte: Dados da pesquisa

3. RESULTADOS

A discussão sobre a identidade da disciplina de Teoria da Contabilidade é realizada a partir da identificação de aspectos relacionados à legitimidade sociopolítica (órgãos oficiais e de representação de classe) e cognitiva (publicações científicas em revistas, congressos e seminários, disciplinas acadêmicas, livros e manuais).

3.1. Legitimidade Sociopolítica

Em relação à legitimidade sociopolítica foram analisados órgãos oficiais e de representação de classe. Em relação a órgãos oficiais foram consultados documentos, normas, resoluções, portarias e pareceres do Ministério do Trabalho e Emprego e a existência de referências sobre a disciplina no Ministério da Educação.

Assim, busca-se identificar a legitimidade sociopolítica primeiramente através da identificação dos órgãos oficiais. Verifica-se então que o Ministério da Educação há referências normativas como o Parecer CNE/CES n.º 67 de 2 de junho de 2003 que regulam o ensino superior. A partir de então, os pareceres CNE/CES n.º 289, de 6 de novembro de 2003, CNE/CES n.º 269, de 16 de setembro de 2004 e as

resoluções CNE/CES nº. 6, de 10 de março de 2004 e CNE/CES nº. 10 de 16 de dezembro de 2004 vem regulando, orientando e normalizando as diretrizes básicas relativas ao currículo de ciências contábeis.

Na sequência, a Resolução CNE/CES n. 10/2004 estabelece no Art. 5º os conhecimentos necessários à formação do futuro contador, no qual destaca-se a diretriz para o ensino da disciplina de Teoria da Contabilidade conforme descrito no inciso II.

O Art. 5º descreve que os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e na organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio, e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observando o perfil definido para a formação de um profissional adequado às necessidades do mercado.

O item II apresenta os seguintes conteúdos de formação profissional: estudos específicos atinentes às **Teorias da Contabilidade**, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares aos setores público e privado.

Verifica-se também a influência dos grupos de pesquisa em contabilidade cadastrados como grupo vinculado ao CNPq. O CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) não contempla a **Teoria da Contabilidade** como uma área do conhecimento, embora, no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (CNPq) estejam cadastrados 08 grupos de pesquisa, conforme Quadro 6.

QUADRO 6. GRUPOS DE PESQUISA EM TEORIA DA CONTABILIDADE

Grupo	Coordenador	Instituição
Conhecimento e Aprendizagem em Contabilidade	Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante	UFPB
Contabilidade – a Ciência da Informação Empresarial	Jeferson Lozecky	UNICENTRO
Controladoria	Paulo Roberto Barbosa Lustosa	UNB
Estratégias Organizacionais	Denize Grzyboyski	UPF
Núcleo de Pesquisas em Governança nas Organizações	Ernesto Fernando Rodrigues Vicente	UFSC
Administração de Tecnologia da Informação ATI	Adolfo Alberto Vanti	UNISINOS
Grupo de Pesquisa em Ciências Contábeis	Dione Oleszczu Soutes	UNIOESTE
Teoria da Contabilidade	Sérgio de Iudícibus	PUC/USP

Fonte: Adaptado de CNPq

Observa-se, primeiramente um número reduzido de grupos de pesquisa com foco em Teoria da Contabilidade. Outra análise permitiu identificar previamente ausência ou baixa conexão dos grupos de pesquisa, ou seja, são encontrados poucos trabalhos científicos publicados entre os integrantes dos grupos, assim, verificou-se através do currículo lattes dos coordenadores do grupos, que os mesmos publicam preferencialmente, com seus próprios pares.

Corroborando com as pesquisas de Lunkes, Rosa e Ripoll (2012) que demonstram que este fato acaba resultando em um isolamento da produção científica dos grupos de pesquisas e pesquisadores de contabilidade.

3.2. Legitimidade Cognitiva

A legitimidade cognitiva da disciplina foi verificada através das publicações científicas em revistas, congressos e seminários, disciplinas acadêmicas, livros e manuais.

a) Publicações em Revistas

Como demonstrado na metodologia foram analisadas 25 revistas de contabilidade. Uma delas, a Revista Brasileira de Contabilidade foi analisada separadamente, pois editou em 2012 a sua 191ª edição. A revista é editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, e a grande maioria dos artigos publicados versa sobre teoria e normas de contabilidade, por esta razão, sua análise em conjunto com as demais revistas pode deoar a análise global. Percebe-se que nos últimos 10 anos foram publicados em torno de 400 artigos. Entre estes, cerca de 60% são relacionados a aspectos da teoria ou normas de contabilidade.

Verifica-se, portanto, que a entidade de classe exerce influencia sociopolítica (com a deliberação de normas e diretrizes) e cognitivamente (com o incentivo a disseminação do conhecimento técnico e científico sobre aspectos teóricos e normativos).

As demais revistas publicaram juntas no período de 1989 a 2012, 312 trabalhos relacionados diretamente ao tema, conforme Tabela 1.

TABELA 1. ARTIGOS SOBRE TEORIA DA CONTABILIDADE PUBLICADOS ENTRE 1989 E 2012

Revistas	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Artigos de teoria*	
Revista Contabilidade & Finanças (Online)													4	3	2	1	1	1	1	2	2	2	0	0	19 (7%)	
Brasílian Business Review - BBR																3	3	4	4	1	2	0	0	0	14 (10%)	
Revista de Contabilidade e Organizações																				2	2	1	0	3	8 (7%)	
Revista Universo Contábil																	1	0	1	2	2	2	2	0	10 (4%)	
Contabilidade Vista & Revista	3	6	5	4	1	0	1	3	1	2	0	1	1	3	13	0	0	0	0	0	1	0	3	0	48 (12%)	
Revista Brasileira de Gestão de Negócios																	1	0	0	2	1	0	2	0	6 (4%)	
Contabilidade, Gestão e Governança										1	3	0	1	0	2	1	0	0	0	0	1	0	2	0	11 (6%)	
Perspectivas Contemporâneas																		1	0	0	0	2	1	0	4 (5%)	
Contextus – Rev. Contemp. Econ. e Gestão																0	0	0	2	0	0	1	0	3 (3%)		
Enfoque: Reflexão Contábil (Impresso)																0	0	1	0	1	1	2	0	5 (5%)		
Base - Revista de Adm. e Contab. Unisinos																0	4	2	2	0	2	3	1	0	14 (9%)	
Registro Contábil - RECONT																							0	1	2 (13%)	
Revista Ambiente Contábil																						2	1	1	2 (14%)	
Revista de Contabilidade e Controladoria																						0	1	2	2 (8%)	
Sociedade, Contabilidade e Gestão (UFRJ)																		0	0	1	1	4	2	0	8 (8%)	
Revista de Informação Contábil (UFPE)																				0	3	1	0	3	0	7 (6%)
Revista de Educação e Pesquisa em Contab.																			6	2	7	5	10	3	33 (38%)	
Revista Contemporânea de Contabilidade																4	3	1	0	2	5	5	5	0	26 (22%)	
Pensar Contábil																1	6	7	4	3	5	3	7	1	37 (27%)	
Revista de Contabilidade da UFBA																			1	5	9	3	4	0	22 (31%)	
Revista de Contabilidade do Mestrado UERJ																2	0	0	2	2	3	0	0	0	9 (9%)	
Revista Catarinense da Ciência Contábil														0	1	1	0	2	0	1	0	0	1	0	6 (4%)	
RACE: Revista de Adm., Contab. e Econ.																				0	0	0	1	0	1 (2%)	
Revista de Adm. e Contabilidade FAT																							1	0	1 (4%)	
Contabilidade e Informação (UNJUI)																	1	2	1	0	2	0	0	0	6 (7%)	

* % apresentado nesta tabela, refere-se ao percentual em relação ao total de artigos publicado em cada revista.

O total de 312 publicados sobre Teoria da Contabilidade representa 10% de todos os artigos publicados nas 25 revistas relacionadas na Tabela 1.

Verifica-se ainda a existência de uma revista especializada em ensino, a Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, que possibilita uma ampla disseminação de artigos teóricos (38% do total de artigos publicados na revista). Esta mesma contribuição à disciplina de contabilidade é percebida nas Revistas: Contabilidade da UFBA (31%), Pensar Contábil (27%) e Contemporânea de Contabilidade (22%).

Verifica-se então, que neste aspecto da legitimidade cognitiva, a comunidade científica nacional mostra-se atuante. Este desempenho pode ser atribuído tanto pela receptividade das revistas quanto ao interesse dos pesquisadores em temas relacionados à disciplina.

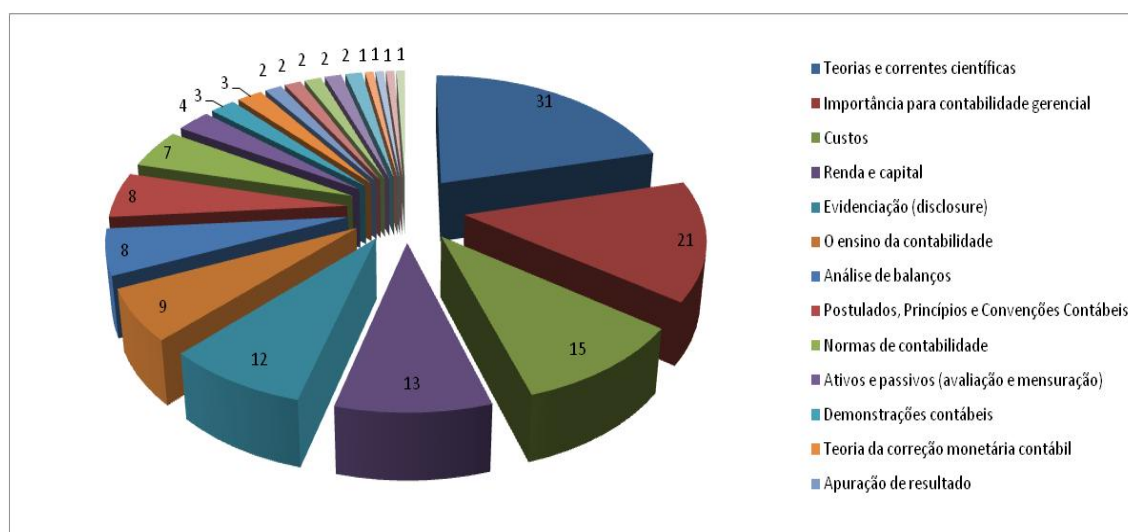
b) Congressos e Seminários

O Brasil apresenta congressos com a nomenclatura de Contabilidade como, por exemplo, o Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e o Congresso da Anpcont. No entanto, estes congressos não são exclusivos de teoria da contabilidade. São eventos onde são apresentados e discutidos diferentes temas de contabilidade, inclusive, teoria.

O Congresso Brasileiro de Custos, Congresso Anpcont, Congresso EnANPAD e o Congresso USP apresentam área temática em contabilidade. O Congresso Anpcont apresentou no período entre 2007 e 2011, 10 artigos de um total de 380 trabalhos. O Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e de Iniciação Científica em Contabilidade, entre 2004 e 2011, apresentou 1053 artigos publicados, destes 107 estão alinhados com a disciplina. Já o Enanpad, entre 1997 e 2011, apresentou apenas 01 artigo com a temática entre os 9711 publicados. E o Congresso Brasileiro de Custos, entre 1994 e 2011, aprovou 30 artigos sobre teoria, de um total de 3.012 artigos publicados no período analisado.

Esses 148 versam sobre os mais diferenciados temas de pesquisa relacionados a disciplina Teoria da Contabilidade, conforme Gráfico 1.

GRÁFICO 1. TEMAS EXPLORADOS NOS ARTIGOS PUBLICADOS EM EVENTOS NACIONAIS



Conforme Gráfico 1, observa-se que os temas mais presentes nos artigos publicados em congresso são Teorias e correntes científicas. Este tema que representa cerca de 20% do total de artigos publicados, sendo utilizadas as diferentes teorias para explicar ou aperfeiçoar estudos e técnicas de contabilidade, tais como: Teoria de Opções Reais, Patrimônio Líquido, Evidenciação, Legitimidade, Gestão Econômica, da Agência, da Comunicação, das Restrições e Modelo Fleuriet.

c) Disciplinas

Identificou-se as ementas das disciplinas de Teoria da Contabilidade das universidades federais brasileiras, conforme Quadro 7.

QUADRO 7. TEMAS MAIS ABORDADOS NAS EMENTAS DA DISCIPLINA

Temática Abordada nas Ementas	F	Temática Abordada nas Ementas	F
Princípios, Postulados e Convenções Contábeis	29	Especializações e funções contábeis	3
Origem e Evolução da Contabilidade	20	Estudos sobre o patrimônio	3
Ativo e sua Avaliação	19	Teoria das Contas	3
Passivo e sua Mensuração	19	Contabilidade no Contexto Internacional	3
Patrimônio Líquido	19	Aspectos Gerais da Lei 6.404/76	2
Receitas, Despesas, Perdas e Ganhos	16	As Aziendas	2
Campo de Atuação da Contabilidade	15	A gestão, custo, ingresso e crédito	2
O Patrimônio: Conceito e Estrutura	13	Tópicos Especiais em Mensuração	2
Finalidades para as quais se usa informação contábil.	11	A teoria positiva da contabilidade	2
Evidenciação Contábil (<i>Disclosure</i>)	10	O ambiente econômico da contabilidade	2
Horizontes da contabilidade	6	Teoria <i>versus</i> Prática Contábil	2
A contabilidade no quadro geral das ciências	6	Teoria do Agente	1
O núcleo fundamental da teoria contábil	5	Natureza do Conhecimento Contábil	1
Dimensões do Lucro	4	Associação dos elementos de resultados	1
Desenvolvimento do pensamento contábil	4	Metodologia do Conhecimento Contábil	1
A Contabilidade Norte-Americana E Européia	4	Abordagens da Teoria da Contabilidade	1
Pesquisa em contabilidade	3	Contabilidade Social	1
		Relatórios Contábeis	1
		Teoria da Consolidação	1

Fonte: Soares, Silva e Pfitscher (2012)

Conforme Quadro 7, o conteúdo mais recorrente nas ementas das instituições analisadas foi Princípios e Convenções Contábeis adotados na contabilidade. Além desse conteúdo vale ressaltar a existência de outros também relevantes, como: Origem e Evolução da Contabilidade; Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido; Receitas, Despesas, Perdas e Ganhos; O Campo de Atuação; Estruturação do Patrimônio. Por outro lado há temas, pouco recorrentes: Teoria *versus* Prática, Aziendas, Teoria do Agente e Relatórios Contábeis.

O que também chama a atenção é o fato de que há alguns conteúdos que aparecem nas ementas da disciplina de Teoria da Contabilidade, mas que, na verdade, pertencem ao campo de atuação de outras áreas ou disciplinas a exemplo de Pesquisa em Contabilidade, que em diversos cursos possui uma disciplina específica para tanto, bem como a assuntos relacionados à Contabilidade de Custos.

Em relação ao semestre ideal, não existem indicações ou orientações para que as Instituições de Ensino Superior incluam a disciplina em questão, em algum período específico que fosse mais adequado para tratar do assunto, conforme Quadro 8.

QUADRO 8. SEMESTRES EM QUE A DISCIPLINA É OFERECIDA

Semestre ou Anos Letivos	Frequência
1° e 2° Semestre (1° ano)	0
3° e 4° Semestre (2° ano)	9
5° e 6° Semestre (3° ano)	13
7° e 8° Semestre (4° ano)	4
Total	26

Fonte: Soares, Silva e Pfitscher (2012)

Partindo desse pressuposto, conforme o Quadro 7, se fez uma pesquisa acerca dos semestres em que a disciplina é ministrada e pode-se notar que, embora, o número de instituições que oferecem a disciplina nos terceiros e quartos semestres seja expressivo, a maioria delas oferta a disciplina por volta da metade do curso de graduação, ou seja, geralmente nos semestres cinco e seis.

Colocar a disciplina em fases do meio do curso é uma forma de tentar se equilibrar os pontos de vista divergentes que apontam as fases iniciais ou finais como as mais adequadas para ministrar a disciplina de Teoria da Contabilidade.

Da mesma maneira, como parte integrante desta pesquisa buscou-se saber se as universidades com maior detalhamento de suas ementas seguem a linha de raciocínio de primar pela alocação da disciplina nos semestres finais da graduação, e obteve-se como resposta que tais aspectos não possuem relações relevantes, uma vez que cada Instituição faz esse posicionamento de acordo com o seu perfil. Apenas, foi observado que a preferência, tanto das universidades com ementas mais detalhada quanto das universidades com ementas mais sucintas, de forma geral é pela oferta da disciplina no meio da graduação.

Analisou-se também a carga horária dessa disciplina a fim de se verificar o tempo hábil para se trabalhar o assunto na sala de aula, e para isso elaborou-se o Quadro 9.

QUADRO 9. CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA

Carga Horária	Frequência
Menos de 60 horas	1
60 horas	21
Mais de 60 horas	4
Total	26

Fonte: Soares, Silva e Pfitscher (2012)

Verificou-se que poucas universidades ultrapassam a linha de 60 horas. Contudo, é válido ressaltar dois casos específicos. Trata-se das Universidades Federais de Goiás e de Rondônia, onde a primeira possui uma carga horária de 120 horas disposta em Teoria da Contabilidade I e II e a segunda, distribui o tema em módulos que chegam a uma carga horária de 280 horas-aula, sendo que deste montante 110 horas são práticas e 170 horas são teóricas.

QUADRO 10. BIBLIOGRAFIA MAIS INDICADA PELOS CURSOS

Autores	Livros
HENDRIKSEN, E. S. e BRENDA, M. F. V.	Teoria da Contabilidade
IUDÍCIBUS, S. e MARION, J. C.	Introdução à Teoria da Contabilidade
IUDÍCIBUS, S.	Teoria da Contabilidade
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade
IUDÍCIBUS, S., MARTINS, E. e GELBKE E.	Manual de contabilidade societária
SCHMIDT, P.	História do pensamento contábil
SÁ, A. L.	Teoria da Contabilidade
HERMAN J. F.	Contabilidade Superior
IUDÍCIBUS, S e LOPES, A. B.	Teoria Avançada da Contabilidade
SÁ, A. L.	História Geral das Doutrinas da Contabilidade.
FRANCO, H.	A evolução dos princípios contábeis no Brasil
NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T.	Teoria da contabilidade
FIPECAFI, ARTHUR ANDERSEN.	Normas e práticas contábeis no Brasil
GOMES, J. S.	A linguagem contábil - o culto as escolas de contabilidade
MARION, J. C.	Contabilidade Empresarial
RIBEIRO, J. F. F., LOPES, J. PEDERNEIRAS, M.	Estudando Teoria da Contabilidade
LOPES, A B; MARTINS, E.	Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem
SÁ, A. L.	Princípios Fundamentais de Contabilidade

Fonte: Soares, Silva e Pfitscher (2012)

Evidencia-se no Quadro 10, que a lista de sugestão de bibliografias pelas universidades federais é bastante abrangente e diversificada. Destaca-se que o livro Teoria da Contabilidade do autor Sérgio de Ludícibus está elencado dentre as sugestões da maioria das instituições, convergindo com a pesquisa de Theóphilo *et al.*, (2000).

Porém, verifica-se que nem todas as instituições utilizam a mesma bibliografia e algumas poderão estar mais direcionadas a determinada obra, principalmente se ela for mais antiga ou mais popular.

d) Livros e Manuais

A amostra de livros desta pesquisa constitui um grupo de sete obras, publicados entre os anos de 1979 e 2009, todos pela Editora Atlas. Dois pontos interessantes a serem destacados em meio a esta amostra de livros, é a composição do grupo dos autores que os escreveu. O destaque entre os autores é o professor doutor Sérgio de Ludícibus que é autor de três das sete obras da amostra (1997, 2009 e 2009) e orientou o doutorado dos professores doutores Eliseu Martins, José Carlos Marion e Jorge Katsumi Niyama.

Observou-se que todos os professores autores ou organizadores dos livros analisados concluíram seus doutorados na Universidade de São Paulo – USP, com exceção do professor Jorge Lopes e da professora Marcleide Pederneiras que terminaram seu doutorado e mestrado, respectivamente, nas Universidades de Miami e de Brasília – UnB.

Os livros de Ludícibus e Marion (2009) e de Niyama e Silva (2009) são indicados para uso em cursos de graduação enquanto o uso dos outros cinco é sugerido também para a pós-graduação. O Quadro 11 apresenta alguns dados editoriais sobre os livros estudados.

QUADRO 11. INFORMAÇÕES EDITORIAIS SOBRE A AMOSTRA DE LIVROS DESTA PESQUISA

Livro	Autores	Ano	Edição	N. páginas
A	Ludícibus	2009	9	338
B	Lopes e Martins	2005	1	181
C	Sá	2010	5	448
D	Ludícibus e Lopes	1997	1	300
E	Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras	2009	1	357
F	Niyama e Silva	2008	1	309
G	Ludícibus e Marion	2009	5	288

Fonte: Soares e Vicente (2012)

O Quadro 12, por sua vez, apresenta quais tópicos são abordados em cada um dos livros analisados. A classificação do conteúdo se deu através dos índices ou sumários dos referidas obras.

Como é possível notar, nenhum tópico levantado foi recorrente em todas as obras, embora alguns tópicos tenham sido mais frequentes que os restantes. Os tópicos Metodologia, Objeto e Objetivos, Princípios, postulados e convenções, Mensuração de Ativos e Passivos, Patrimônio Líquido, e Pesquisa em Contabilidade são mais recorrentes nos livros de Teoria da Contabilidade.

O livro de Sá (2010) é o que possui maior quantidade de capítulos destinados às teorias da economicidade, da estabilidade patrimonial, da liquidez, da prosperidade, das funções sistemáticas, do fenômeno patrimonial, do redito e do valor.

A obra organizada por Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2009) dispõe de capítulos sobre as teorias da comunicação e semiótica, da legitimidade, da mensuração e do controle. A teoria da correção monetária é abordada no livro de Ludícibus (2009), a teoria da agência no livro de Lopes e Martins (2005), a teoria da comunicação e semiótica e a teoria dos contratos no livro de Ludícibus e Lopes (1997).

QUADRO 12. TÓPICOS ENCONTRADOS NOS LIVROS DE TEORIA DA CONTABILIDADE

Tópico	A	B	C	D	E	F	G
Ativo e mensuração	X				X	X	X
Ativo intangível	X						
Aziendas e Contabilidade			X				
Comparativos entre países		X			X		
Contabilidade gerencial		X					
Contabilidade internacional						X	
Contabilidade pública					X	X	
Depreciação, amortização e exaustão					X		
Despesas	X					X	X
Essência e forma		X					
Estoques	X						
Evidenciação	X				X		
Falências				X			
Ganhos	X						X
História	X		X		X		X
Imobilizado	X						
Inflação						X	
Leasing						X	
Lucro e preço das ações				X	X		
Mercado eficiente e precificação de ativos				X			
Metodologia	X		X	X	X		X
Neopatrimonialismo			X				
Objeto e Objetivos	X	X	X		X		X
Passivo e mensuração	X				X	X	X
Patrimônio Líquido	X				X	X	X
Perdas	X						X
Pesquisa em Contabilidade	X	X	X	X			
Princípios, postulados e convenções	X	X			X	X	X
Profissão contábil		X					X
Provisões e Reservas					X		
Receitas	X					X	X
Regulamentação				X			X
Relatórios contábeis							X
Teoria da agência		X					
Teoria da comunicação e semiótica					X		
Teoria da Correção Monetária	X						
Teoria da economicidade			X				
Teoria da estabilidade patrimonial			X				
Teoria da legitimidade					X		
Teoria da Liquidez			X				
Teoria da Mensuração					X		
Teoria da prosperidade			X				
Teoria das Funções Sistemáticas			X				
Teoria do controle					X		
Teoria do Fenômeno Patrimonial			X				
Teoria do Rédito			X				
Teoria do Valor			X				
Teoria dos contratos				X			
Terceiro Setor						X	

Fonte: Soares e Vicente (2012)

4. DISCUSSÃO

Compreende-se que a disciplina Teoria de Contabilidade deve possibilitar ao contador desenvolver a capacidade de analisar situações do cotidiano propondo soluções dentro de um contorno de princípios e conceitos, que englobam ainda as dimensões normativas da profissão contábil, a eficiência da gestão e o atendimento ao objetivo da contabilidade que é prover usuários com informações úteis para a tomada de decisão.

Nesta concepção acredita-se que as justificativas para a inclusão da disciplina de Teoria da Contabilidade nos currículos de cursos de Ciências Contábeis se baseiam em desenvolver o ponto de vista crítico dos estudantes sobre a prática contábil e possibilitar que os mesmos sejam capazes de se adaptar e responder melhor às mudanças das práticas de mercado e da atividade profissional.

Desta forma, considera-se importante analisar a identidade da disciplina por meio da análise da legitimidade sociopolítica e cognitiva da Teoria da Contabilidade no Brasil.

Verifica-se que a legitimidade sociopolítica relacionada a órgãos oficiais é estabelecida no Brasil principalmente pelo Ministério da Educação, que apresenta recomendações, muitas vezes influenciadas por Organismos Internacionais, para a disciplina, com estabelecimento inclusive de temas.

Tradicionalmente a Contabilidade no Brasil vem sendo regulada por diversas normas de diversas origens. Existe a legislação federal, estadual e municipal oriunda do poder Legislativo, as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as normas de auditoria emitidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, as normas emitidas pela Receita Federal, e ainda os modernos pronunciamentos feitos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC com vistas a convergências das normas internacionais de Contabilidade.

Estes últimos começam a surgir a partir de 2005 e normatizam uma ampla variedade de assuntos de Contabilidade, sendo um dos temas mais recorrentes de discussão entre os contadores por meio de palestras, fóruns e cursos de atualização profissional.

Os pronunciamentos do CPC têm por objetivo normatizar o reconhecimento, mensuração e evidenciação do patrimônio das entidades (ativos, passivos e patrimônio líquido) apresentando uma norma para cada subgrupo em que se divide o patrimônio como no caso dos Ativos Intangíveis (CPC 04), Estoques (CPC 16) e Ativo Imobilizado (CPC 27) ou mesmo uma norma para a regulamentação de demonstrações financeiras obrigatórias como a Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03) ou a Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09).

Pode-se observar que embora nem todos os pontos tratados pelos pronunciamentos do CPC sejam discutidos especificamente nas sete obras de Teoria da Contabilidade analisadas neste artigo, em linhas gerais os temas ligados à adequada evidenciação, mensuração e reconhecimento de subgrupos do patrimônio e também ligados às demonstrações contábeis, sob a forma de fornecimento de informações úteis para a tomada de decisão, permeiam em maior ou menor profundidade todos os livros analisados.

Quanto a legitimidade cognitiva, percebe-se ainda que apesar de haverem grupos de pesquisa que tratam sobre o tema e a disciplina de Teoria de Contabilidade, percebe-se a ausência da disciplina como área no CNPq e poucos grupos de pesquisa com foco na disciplina.

A análise em termos de legitimidade cognitiva foi realizada nas publicações das principais revistas de contabilidade, congressos, seminários, disciplinas acadêmicas, livros e manuais.

Foram identificados 312 artigos publicados sobre temas relacionados com a disciplina, sendo um importante aspecto que contribui para legitimidade cognitiva da disciplina.

Verifica-se também que a Teoria da Contabilidade apresenta inserção nos principais congressos da área como, o Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, o Congresso Brasileiro de Custos, e o Congresso Anpcont, tendo em geral, alcançada certa legitimidade com a inclusão de temas exclusivos para apresentação e discussões da disciplina.

A legitimidade cognitiva em relação à disciplina mostrou-se bem estabelecida nas Universidades Federais do Brasil, pois se verificou que a disciplina é ofertada nos 38 cursos de graduação analisados. Os programas de pós-graduação em contabilidade (mestrado e doutorado) também apresentam, na sua maioria, a disciplina de teoria em seus currículos.

Acredita-se então que a iniciativa das universidades em ministrar a disciplina de Teoria da Contabilidade durante a formação dos novos bacharéis em Ciências Contábeis provém não só do cumprimento da Resolução CNE/CES n. 10 de 2004, mas também de uma preocupação por parte dos docentes enquanto formadores de profissionais de mercado capacitados a refletir contabilmente e responder aos novos desafios apresentados por uma economia altamente volátil desse início de século XXI de forma consistente e coerente com o arcabouço teórico da Contabilidade.

Segundo Rowe, Truex e Kvasny (2004) e Messner *et al.*, (2008), um aspecto importante na consolidação em disciplinas é o estabelecimento de um conjunto de temas (funções). Este aspecto, apesar do esforço dos órgãos representativos e da própria comunidade científica, ainda não está consolidado no Brasil, talvez pela ausência de definições claras e da priorização das funções estabelecidas e aceitas na prática.

Com relação ao conteúdo também é possível identificar algumas divergências entre propostas dos órgãos de classe e a própria literatura com as ementas coletadas. A partir desta limitação, percebe-se como oportunidades: (i) uniformidade de temas apresentados nas grades curriculares, (ii) padronização de nomenclaturas e definições de temas.

5. CONCLUSÕES

O estudo atingiu seus objetivos com a identificação e análise dos fatores relacionados a legitimidade sociopolítica como órgãos oficiais de representação de classe, além de verificar a legitimidade cognitiva em relação a publicações nas principais revistas de contabilidade, congressos e seminários e o estabelecimento da disciplina nos cursos de Ciências Contábeis, além de livros e manuais.

Contudo, observa-se que diversos aspectos desta pesquisa podem apresentar limitações e viés em relação aos resultados. Primeiramente pesquisas deste gênero podem apresentar viés potencial ao utilizar palavras para selecionar as publicações. Isto porque pode-se ter artigos em Teoria da Contabilidade que não utilizam expressamente a palavra consultada.

Em segundo lugar, a pesquisa foi limitada a congressos e revistas de contabilidade avaliadas pelo sistema Qualis da CAPES, sendo, portanto, não exaustiva. Ou seja, existe a possibilidade de encontrar artigos de teoria de contabilidade em congressos e revistas não avaliadas pela CAPES.

Quanto aos resultados alcançados, verificou-se que no Brasil a legitimidade sociopolítica possui organismos e normas próprias para a contabilidade, contudo, em relação a órgãos de representação, não

apresenta níveis de organização e desenvolvimento como os com separação das diferentes classes, além de não apresentarem área específica na classificação do CNPq. Verifica-se ainda, que o estudo carece de aprofundamento no que se refere a análise de redes e seus níveis de influência na identidade da disciplina.

Com relação à legitimidade cognitiva, o Brasil destaca-se no quanto a inserção da disciplina nas grades curriculares em instituições de ensino superior de cursos de graduação, mestrado e doutorado, e representatividade de em torno de 10% de artigos sobre temas da disciplina em revistas brasileiras de contabilidade.

Com isso percebe-se que os temas propostos por Rowe, Truex e Kvasny (2004) para estabelecer a legitimidade de uma área de conhecimento encontram-se presentes, porém ainda não estabelecidos totalmente, no Brasil. Enquanto há avanços no estabelecimento de previsões institucionais próprias, os temas ainda encontram-se em arcabouços amplos e não exclusivos da área, são necessárias discussões sobre o semestre a ser ministrada a disciplina e sua carga horária.

Apesar de considerar que os aspectos analisados neste artigo auxiliam no processo de verificação da identidade da disciplina, se reconhece que não é exaustivo. Ou seja, observou-se a identidade da disciplina por meio da verificação de alguns aspectos de legitimidade sociopolítica e cognitiva.

Na legitimidade sociopolítica foi observado o tratamento dado à disciplina pelos órgãos oficiais e de representação de classe, contudo, esta observação limitou-se a enquadrar as definições apresentadas em normas e leis, e apresentar os grupos de pesquisa formalmente estabelecido no CNPq.

Considera-se importante para pesquisas futuras sobre legitimidade sociopolítica, aprofundar a análise para identificar a influências das redes (órgãos oficiais e órgãos de classe) na formação da estrutura da disciplina (conteúdos, carga horária, período da disciplina) bem como, identificar o perfil do pesquisador (formação, publicações, áreas de atuação acadêmica e profissional). Outro aspecto relevante é observar a influência do currículo mundial na estruturação da disciplina no Brasil.

Quanto à legitimidade cognitiva da disciplina no Brasil, verifica-se como oportunidades de aperfeiçoamento para o estabelecimento da identidade da disciplina: (i) fortalecimento de grupos de pesquisa; e (ii) estabelecimento de padrões de temas e linhas de pesquisa a serem abordados nas grades curriculares.

Como pesquisas futuras sobre legitimidade cognitiva, acredita-se ser importante analisar os temas discutidos nos artigos publicados sobre temas relacionados à disciplina, verificando também o perfil cronológico dessas pesquisas, a influência de editores, avaliadores e pesquisadores nessas publicações, e a existência ou não de "*mainstream*".

Finalmente, espera-se que a construção do conhecimento obtido neste artigo e nas pesquisas futuras sugeridas, possibilite a realização um diagnóstico holístico da legitimidade da disciplina Teoria da Contabilidade, e que a partir deste, seja possível ampliar o escopo teórico e metodológico da disciplina a fim de proporcionar melhorias na estrutura curricular nacional, no processo de ensino e aprendizagem, no processo de formação dos futuros profissionais de contabilidade, e na produção científica nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aldrich, H. (1999). *Organizations Evolving*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Andrade, C. S. (2002). *O ensino de contabilidade introdutória nas universidades públicas do Brasil*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis), São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Universidade de São Paulo.
- Andrade, M. M. (2002). *Introdução à metodologia do trabalho científico*. elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas.
- ANPAD – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (2012). Consulta interativa – eventos. Consultado em 25 maio 2012 através de http://www.anpad.org.br/busca_resultado.php.
- ANPCONT – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS. (2012). Congressos. Consultado em 25 maio 2012 através de http://www.anpcont.com.br/site/secao.php?id=8&nome_secao=Congressos.
- Becher, T. (1989). *Academic Tribes and Territories. Intellectual Enquiry and the Cultures of Disciplines*. Buckingham and Bristol: SRHE.
- Benbasat, I. y Zmud, R. (2003). The identity crisis within the IS discipline: defining and communicating the discipline's core properties. *MIS Quarterly*, 27(2), pp.183-194.
- Borba, J. A., Poeta, F. Z. y Vicente, E. F. R. (2011). Teoria da Contabilidade: uma Análise da Disciplina nos Programas de Mestrado Brasileiros. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, 6, (2), pp. 124-138.
- Borinelli, M. L. y Beuren, I. M. (2008). Os Fundamentos do Postulado da Continuidade sob a Ótica do Ciclo de Vida Organizacional. *Revista de Contabilidade (UFBA)*, 2(3), pp.67-78.
- BRASIL (2002). *Portaria ministerial n.º 397, de 9 de outubro de 2002*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de outubro de 2002. Consultado em 11 de dezembro de 2009 através de <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>.
- BRASIL (2004). Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. *Resolução n.º 10/04, de 16 de dezembro de 2004*. Consultado em 16 de 11 de 2011 através de <http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=cotent&task=viw&id=146&Itemid=206#2004>.
- BRASIL (2004a). *Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. *In: RESOLUÇÕES*, 2004. Portal CNE. Consultado 10/11/2011 em <http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=contnt&task=view&id=146&Itemid=206#2004>.
- BRASIL (2001). Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 1/01, de 03 de abril de 2001. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 10/11/2011.
- BRASIL (2002). Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Parecer n.º 146/2002. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 11/11/2011.
- BRASIL (2003). Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Parecer n.º 67/2003. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 10/09/2011.

- BRASIL (2003a). Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 289/2003. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 10/11/2011.
- BRASIL (2004). Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 269/2004. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 10/11/2011.
- Calixto, L. (2006). O Ensino da Contabilidade Ambiental nas Universidades Brasileiras: Um Estudo Exploratório. *Revista Universo Contábil*, 2 (3), pp. 65-78.
- CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. (2012). Relação de cursos recomendados e reconhecidos – Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Consultado em 1 de Junho de 2012 através de <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarles&codigoArea=60200006&descricaoArea=C1%20CANCIAIS+SOCIAIS+APLICADAS+&descricaoAreaConhecimento=ADMINISTRA%20C3O&descricaoAreaAvaliacao=ADMINISTRA%20C3O%2C+C1%20CANCIAIS+CONT%20C1BEIS+E+TURISMO>.
- Carneiro, J. D. (2009). *Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis*. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade.
- CNPQ - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. (2012). Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Consultado em 31 de maio de 2012 através de <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS (2012). Congressos. Consultado em 25 de maio de 2012 através de <http://www.abcustos.org.br/busca/>.
- CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE E CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE. (2012). Anais das edições anteriores. Consultado em 25 maio 2012 através de <http://www.congressosp.fipecafi.org/>.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO – CFE. (1992). Resolução n. 3 de 5 de outubro de 1992. Fixa os mínimos de conteúdos, duração do curso de graduação em Ciências Contábeis. Ofício n. 514/92.
- CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (2011). Consultado em 09 de outubro de 2011 através de <http://www2.cfa.org.br/>.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (1983). *Resolução nº 560 de 28 de outubro de 1983*. Recuperado de <http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=67&codConteudo=3298>.
- CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA (2011). Consultado em 11 de novembro de 2011 através de <http://www.cofecon.org.br/dmdocuments/2.3.1.pdf>.
- Cruz, C.F., Ferreira, A. C. S., y Szuster, N. (2011). Estrutura Conceitual da Contabilidade no Brasil: Percepção dos Docentes dos Programas de Pós- Graduação Stricto Sensu em Ciências Contábeis. *Revista Pensar Contábil*, 13 (50), pp. 53-63.
- Drori, I., Honig, B., y Sheaffer, Z. (2009). The life-cycle of an internet firm: Scripts, legitimacy and identity. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 33, pp. 715-738.
- Echternacht, T. H. S., Niyama, J. K., y Almeida, C. (2007). O ensino da contabilidade internacional em cursos de graduação no Brasil: uma pesquisa empírica sobre o perfil dos docentes e recursos didáticos e metodológicos adotados. *UnB Contábil*, 10, pp. 95-124.

- Ferreira, A. F., Splitter, K., y Borba, J. A. (Junio, 2012). Teoria da Contabilidade: uma disciplina específica ou conhecimentos que deveriam estar integrados em outras disciplinas? 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas.
- Guah, M. W., y Fink, K. (2009). Investigating Legitimacy and Identity for Healthcare *Information Systems Research; AMCIS 2009 Proceedings*.
- Hofer, E., Peleias, I. R. y Weffort, E. F. J. (2005). Análise das condições de oferta da disciplina contabilidade introdutória: pesquisa junto às universidades estaduais do Paraná. *Rev. contab. finanç.*, São Paulo, 16(39), pp.1-24.
- Hunt, C. S. y Aldrich, H. E. (1996). Why even Rodney Dangerfield has a home page: Legitimizing the world wide web as a medium for commercial endeavors. Cincinnati: Academy of Management Annual Meeting, Cincinnati: *Academy of Management*.
- INEP. (2010). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. *Síntopses Estatísticas da Educação Superior: Graduação*. Consultado em 27 de Junho de 2012 através de <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>.
- Iudícibus, S. (2009a). *Introdução à Teoria da Contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Iudícibus, S. (2009b). *Teoria da Contabilidade*. 9. ed. São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S. (2012). Teoria da Contabilidade: evolução e tendências. Revista de *Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (on line)*, 17(2), pp. 5-13.
- Iudícibus, S. y Lopes, A. B. (2004) *Teoria Avançada da Contabilidade*. 1ª. Ed. São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S., y Marion, J. C. (1999). *Introdução a Teoria da Contabilidade*. para o nível de graduação. São Paulo: Atlas.
- Jenkins, R. (2004). *Social Identity*. London: Routledge.
- Karlsson, T. y Wigren, C. (2010). Start-ups among university employees: the influence of legitimacy, human capital and social capital. *The Journal of Technology Transfer*, 35(2), pp. 1-25.
- Kronbauer, C. A. (2009). Consolidação e divulgação da teoria contábil: contribuição de Hendriksen e Van Breda. *Revista Base*, 6(3), pp. 275-278, setembro/outubro.
- Lima, E. B. y Vasconcelos, T. C. (2010, Jun.). Das políticas curriculares oficiais ao cotidiano da prática pedagógica: um olhar sobre a diversidade cultural e o direito de todos à educação In: *V Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares / IX Colóquio sobre Questões Curriculares, Porto*.
- Lopes, A. B. y Martins, E. (2007) *Teoria da Contabilidade: Uma nova abordagem*, 2ª reimpressão. São Paulo: Atlas.
- Lounsbury, M. y Glynn, M. A. (2001). Cultural entrepreneurship: Stories, legitimacy, and the acquisition of resources. *Strategic Management Journal*, 22, pp. 545-564.
- Lunkes, R. J., Ripoll Feliu, V. M., Borba, A. J. y Rosa, F. S. (2012). Análise Quantitativa Da Produção E Da Formação De Doutores Em Contabilidade Gerencial: Um Estudo No Cenário Espanhol. *Revista Universo Contábil*, 8, pp. 118-133.
- Madeira, G. J., Mendonça, K. F. C., y Abreu, S. M. (2003). A disciplina teoria a contabilidade nos exames de suficiência e provão. *Contabilidade Vista e Revista*, ed. especial, pp. 103-122.

- Marion, J. C. (1997). A disciplina Teoria da Contabilidade nos cursos de graduação – algumas considerações. *Contabilidade Vista e Revista*, Belo Horizonte, 8(2) pp. 3-8.
- Mendes, J. B. (2000). *A utilização de jogos de empresa no ensino da contabilidade – uma experiência no curso de ciências contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. In: Congresso Brasileiro De Contabilidade, 16, 2000. Anais. Goiânia.*
- Messner, M., Becker, C., Schäffer, U. y Binder, C. (2008). Legitimacy and Identity in Germanic Management Accounting Research. *European Accounting Review*, 17(1), pp. 129-159.
- Moraes Júnior, V. F. y Nascimento, I. A. (2009). Evolução e Desenvolvimento da Teoria da Contabilidade: contexto histórico. *Ver. Ambiente Contábil*. 1(1).
- Niyama, J. K. y Silva, C. A. T. (2008) *Teoria da Contabilidade*, 1ª Edição; São Paulo: Atlas.
- Nossa, V., Coelho, C. R. A. y Chagas, J.F. (Mayo,1997). *O ensino de contabilidade de Custos no Brasil*. Apresentado em Congresso Internacional de Custos. Acapulco. Anais do V Congresso Internacional de Custos. Acapulco: CIC.
- Ott, E. y Pires. C. (2010). Estrutura curricular do curso de ciências contábeis no Brasil versus estruturas curriculares propostas por organismos internacionais: uma análise comparativa. *Revista Universo Contábil*, 6, pp. 28-45.
- Pereira, A. C. *et al.*, (2008) Relato de um momento importante: reflexões dos alunos da disciplina Teoria da Contabilidade do Mestrado da USP: trinta anos depois. *Revista Contabilidade e Finanças da USP*, 19(46), pp.1-6.
- Raupp, F. M., Amboni, N., Cunha, D. R., Duarte, J. F. y Agostineto, R. C. (2009). O ensino de contabilidade geral e contabilidade de custos nos cursos de graduação em administração do Estado de Santa Catarina. *Revista de Negócios*, 14, pp. 71-88.
- Ribeiro Filho, J. F., Lopes, J. E. G. y Pederneiras, M. (2009) *Estudando teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009.
- Ricardino, A. (2005). *Contabilidade Gerencial e Societária – Origens e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saraiva.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Richartz, F., Krüger, L. M., Lunkes, R. J. y Borgert, A. (2012). Análise Curricular em Controladoria e as Funções do *Controller*. *Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión*, 9(19), pp. 25-39.
- Rowe, F., Truex D. P. y Kvasny, L. (2004). Cores and Definitions: Building the Cognitive Legitimacy of the Information Systems Discipline Across the Atlantic, *IFIP International Federation for Information Processing*, 143, pp. 83-101.
- Lopes, S. A. (2010). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Editora Atlas, 5a. edição.
- Sacramento, C. (1998). O ensino de teoria da contabilidade no Brasil. *Cadernos de estudos*, 18.
- Santos, R. V. (2003). Jogos de Empresas Aplicados ao Processo de Ensino e Aprendizagem de Contabilidade. *Revista de Contabilidade et Finanças da USP*, 31, pp. 78-95.
- Scott, W. R. (2001). *Institutions and Organizations*. 2 ed. London: Sage Publications.
- Shiroma, E. O., Moraes, M. C. M., y Evangelista, O. (2000). *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP and A.

- Soares, S. V., Ebsen, K. S. y Pfitscher, E. D. (2010). *Formação Acadêmica dos Pesquisadores em Ciências Contábeis no Brasil: uma Análise Descritiva em Níveis de Doutorado, Pós-Doutorado e Livre-Docência*. Trabalho. Apresentado em 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e 7º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2010, São Paulo.
- Soares, S. V., Silva, G. R. y Pfitscher, E. D. (2012). *Teoria da Contabilidade: o que se ensina nos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais Brasileiras?* In: *Congresso Brasileiro de Contabilidade, 19, Belém. Anais. Belém: CFC*.
- Souza, A. A., Avelar, E. A., Boina, T. M. y Rodrigues, L. T. (2008). Ensino de Contabilidade Gerencial: Estudo dos Cursos de Ciências Contábeis das Melhores Universidades Brasileiras. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, 1 (10), pp. 69-90.
- Theóphilo, C. R., Sacramento, C. O. J., Neves, F. y Souza, P. L. (2000). O ensino da Teoria da Contabilidade no Brasil. *Contabilidade Vista and Revista*, Belo Horizonte, 11 (3), pp. 3-10.
- Zimmerman, M. A. y Zeitz, G. J. (2002). Beyond Survival: Achieving New Venture Growth By Building Legitimacy. *Academy of Management Review*, 27(3), pp. 414-431.
- Zott, C. y Huy, Q. N. (2007). How entrepreneurs use symbolic management to acquire resources. *Administrative Science Quarterly*, 52, pp. 70–105.